A fraude contra credores e a fraude à execução

Com o objetivo de garantir um bom funcionamento harmonioso das regras de convivência, surge também a necessidade de se criar leis que possam garantir a paz social e o bem-comum. Assim, o Estado, garantidor de tais direitos e necessidades, dita normas que regem as relações interindividuais. Neste sentido, o estudo das fraudes contra credores e à execução se mostra fundamental, a fim de compreender a grande incidência dos atos fraudulentos praticados, haja vista a fragilidade do nosso ordenamento jurídico pátrio em prevenir as fraudes, capaz de garantir e salvaguardar tais direitos. Diante disto, considerando a importância do tema, urge a necessidade de estudar a temática para entender os institutos das fraudes contra credores e à execução, suas consequências e, principalmente, os meios de coibir tais fraudes, conforme se verificará no decorrer deste capítulo.

Palavras-chave: Fraudes; Credores; Execução.

Fraud against creditors and fraud of execution

With the objective of guaranteeing the harmonious functioning of the rules of coexistence, there is also a need to create laws that can guarantee social peace and the common good. Thus, the State, guarantor of such rights and needs, dictates norms that govern inter-individual relations. In this sense, the study of fraud against creditors and enforcement is fundamental, in order to understand the high incidence of fraudulent acts, given the weakness of our Brazilian legal system in preventing fraud, capable of guaranteeing and safeguarding such rights. In view of this, considering the importance of the topic, there is an urgent need to study the topic to understand the institutes of fraud against creditors and enforcement, its consequences and, mainly, the means to curb such fraud, as will be seen throughout this chapter.

Keywords: Frauds; Creditors; Execution.

Topic: **Direito Financeiro ou Bancário**

Received: **08/11/2020**

Approved: **18/02/2021**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Daniel Hedlund Soares das Chagas
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9367990204769757>
<http://orcid.org/0000-0002-5253-3832>
danielhedlund_13@hotmail.com

DOI: 10.6008/CBPC2318-3039.2021.001.0001

Referencing this:

CHAGAS, D. H. S.. A fraude contra credores e a fraude à execução.

Scientiam Juris, v.9, n.1, p.1-10, 2021. DOI:

<http://doi.org/10.6008/CBPC2318-3039.2021.001.0001>

INTRODUÇÃO

Nas sociedades primitivas em que não havia a soberania do Estado, os indivíduos serviam-se da chamada *autotutela* para a solução de seus conflitos. Naquela época, “os próprios envolvidos no litígio valiam-se da força física ou de qualquer outra expressão de supremacia, seja bélica, seja econômica, para a satisfação de seus interesses” (WAGNER JÚNIOR, 2010).

A preocupação com cumprimento da obrigação patrimonial evoluiu com a ideia de a constrição não mais incidir sobre a pessoa, como funcionava no antigo direito romano. De acordo com Greco Filho (2008):

Conta a história que a execução mais antiga se fazia na pessoa do devedor, *per manum injectionem*, podendo o devedor ser vendido pelo credor fora da cidade, *trans Tiberim*. Consta, até, que o devedor poderia ser esarteado, *partes secando*, não se sabendo se tal ato seria real ou simbólico. O devedor que chegasse a tal situação perdia a condição de cidadão romano, *status civitatis*, a de membro de uma família, *o status familiae*, e a condição de liberdade, *status libertatis*, transformando-se em coisa, *res*.

A organização social implicou na necessidade de se obter meios e modos de segurança para promover-se o bem de todos, fazendo com que a razão se impusesse sobre a força. Isso, no entanto, nem sempre se traduzia em garante de direito efetivo, com avanços, a humanidade passou a delegar poderes para terceiros resolverem os conflitos, culminando mais tarde em o Estado tomar para si a Soberania de resolver os conflitos, o que implicou na jurisdição.

Uma vez a prestação já definida, surgiu a necessidade de proteger os jurisdicionados, a fim de satisfazer de forma plena o direito ao qual faz jus. Daí a necessidade de um Estado criar mecanismos que evitem ao máximo a frustração de uma execução, operando-se sobre as fraudes. Segundo Bueno (2008):

Execução significa, para o volume, produção de efeitos para fora do plano do processo; significa *efetivação, concretização, realização*; significa, em última análise, a necessidade da atuação jurisdicional para a *satisfação* de um direito já suficientemente reconhecido (tenha, ou não, origem judicial) e apto a produzir os seus regulares efeitos: prática de “atividade jurisdicional (executiva)” com vista à concretização da tutela jurisdicional (executiva).

O direito do credor sofre restrição em seu cumprimento, dada às manobras do devedor, voltadas à frustração do cumprimento das obrigações. Assim, face ao princípio da efetividade, o processo de execução invocava alterações que o fizesse mais dinâmico e eficaz. “Na modernidade, se busca um processo de resultados, donde o Estado se obriga na função estanque dos conflitos” (MONTENEGRO FILHO, 2009).

São as fraudes que se operam, tanto no transcorrer do processo cognitivo como no processo de execução. As mais variadas modalidades de frustração de pagamento culminam em inadimplência do devedor. Segundo Theodoro Júnior (2009):

Tal como há quase dois mil anos antes, a parte voltou a submeter-se à inexplicável obrigação de propor, sucessivamente, duas ações, para alcançar um único objetivo: a realização de um crédito inadimplido pelo réu; ou seja, uma ação cognitiva, que terminava pela sentença; e outra executiva, que começava depois da sentença e nela se fundava. Em face a demora que vinha da dualidade de processos, os jurisdicionados passaram a exigir e o Estado a providenciar, novas leis que direcionassem direto a uma execução forçada.

Não é de hoje que os devedores buscam, por meios fraudulentos, eximir-se de cumprir a obrigação a que se propuseram. Os credores, assim, diante deste quadro, reclamavam a possibilidade de um processo mais célere, sem dualidade processual, que lhes assegurassem maiores efeitos práticos e viabilizasse com

mais presteza o seu direito, objeto da lide. Nos ensinamentos de Marinoni et al. (2012):

Entre a técnica processual aplicável a determinado caso e a tutela jurisdicional aplicada existe uma inequívoca relação de meio e fim. Assim é, por exemplo, que a condenação, seguida de execução forçada, é o *meio* pelo qual se pode alcançar o *fim* tutela ressarcitória pecuniária.

Vale mencionar que poucas mudanças ocorreram entre a redação do Código Civil de 1916, nos artigos 106 a 113 e artigo 1.586, e no atual Código Civil de 2002, em seus artigos 158 a 165 e artigo 1.813, sendo a fraude à execução considerada pela doutrina como uma forma evoluída da fraude contra credores. O bem da vida é o que se busca em processos de execução, bem como em determinados processos de conhecimento. Quando se impede que este bem seja passível de expropriação pelo credor, restam configuradas as fraudes contra credores e à execução.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Conceito e natureza jurídica da fraude contra credores e da fraude à execução

Os atos fraudulentos se operam tanto no processo de conhecimento como no processo cautelar e no processo de execução. A tutela jurisdicional que tem significado de proteção, deve coibir, pela norma, a existência de tais atos, o que o faz através de leis preventivas, buscando assim amparar uma situação substancial para o titular de um direito. Com relação ao termo “fraude”, Montenegro Filho (2009) ensina que:

O comportamento adotado pelo devedor pode caracterizar *fraude*, entendida como *embuste*, tentativa de se locupletar de forma indevida, como meio *ardil*, *malicioso*, evitando que o seu patrimônio seja desfalcado para o cumprimento de obrigações assumidas anteriormente. A palavra *fraude* origina-se do latim *fraus*, sendo lexicalmente definida como *dolo*, *burla*, *engano*.

De se observar que a origem da palavra demonstra a vontade de o agente, ciente de que contra si existe processo que possa, ao resultado final, implicar na diminuição de seu patrimônio, praticar atos que frustrem o direito de outrem, pelos mais variados meios e modos ilícitos. Para Lopes (2005):

Em um país em que milhões de pessoal vivem abaixo da linha da pobreza, é fantasia imaginar que a técnica processual consiga garantir, em qualquer circunstância, a satisfação do credor mediante apreensão e alienação de bens pertencentes ao devedor.

Os institutos das fraudes contra credores e à execução surgem exatamente em razão de que o Estado não pode deixar de fazer sua parte, visando observar o que é direito. Ainda que não consiga o Estado estancar atos fraudulentos, deve aprimorar e adequar a legislação de modo que possa prevenir e coibir o maior número destes atos, dando guarida à boa-fé do credor que sofre as consequências diretas do ato atentatório à dignidade da justiça.

Conceituadamente, fraude contra credores consiste basicamente na diminuição patrimonial provocada pelo devedor, de modo que em virtude dela o seu ativo passa a ser menor que o passivo. “A situação econômica de insolvência consiste precisamente nisso, que o patrimônio do devedor, do qual se espera a garantia geral para os seus credores, fica insuficiente e já não garante” (DINAMARCO, 2002).

Para que o direito flua como a normalidade real de uma situação presumida em lei, o devedor deve sujeitar seu patrimônio diante da pretensão do credor em receber o seu crédito, ao modo e tempo eficazes.

Quando isto não acontece de forma espontânea, e quando o devedor se furta à obrigação, estamos diante do instituto da fraude. O legislador pátrio descreve e caracteriza a fraude contra credores nos artigos 158 a 164, do Código Civil brasileiro, que segue:

Art. 158. Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.

§ 1 - Igual direito assiste aos credores cuja garantia se tornar insuficiente.

§ 2 - Só os credores que já o eram ao tempo daqueles atos podem pleitear a anulação deles.

Art. 159. Serão igualmente anuláveis os contratos onerosos do devedor insolvente, quando a insolvência for notória, ou houver motivo para ser conhecida do outro contratante.

Art. 160. Se o adquirente dos bens do devedor insolvente ainda não tiver pago o preço e este for, aproximadamente, a corrente, desobrigar-se-á depositando-o em juízo, com a citação de todos os interessados.

Parágrafo único. Se inferior, o adquirente, para conservar os bens, poderá depositar o preço que lhes corresponda ao valor real.

Art. 161. A ação, nos casos dos arts. 158 e 159, poderá ser intentada contra o devedor insolvente, a pessoa que com ele celebrou a estipulação considerada fraudulenta, ou terceiros adquirentes que hajam procedido de má-fé.

Art. 162. O credor quirografário, que receber do devedor insolvente o pagamento da dívida ainda não vencida, ficará obrigado a repor, em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores, aquilo que recebeu.

Art. 163. Presumem-se fraudulentárias dos direitos dos outros credores as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.

Art. 164. Presumem-se, porém, de boa-fé e valem os negócios ordinários indispensáveis à manutenção de estabelecimento mercantil, rural, ou industrial, ou à subsistência do devedor e de sua família.

Verifica-se assim, a preocupação do legislador em buscar amiúde meios de proteger os direitos dos credores, dentro de um processo de cognição. Câmara (2006) refere que:

A vontade de se tornar insolvente e criar o dano para o credor são elementos constitutivos da fraude contra credores. Se o ato que busca a fraude é a título gratuito, se presume de forma absoluta que o mesmo é fraudulento. Se for oneroso, se exige que o devedor possa potencialmente saber que o seu ato criará sua insolvência, independentemente da intenção direta de fraudar e que o terceiro adquirente saiba que o devedor restará insolvente por conta desta alienação.

Montenegro Filho (2009) esclarece que:

Em vista das considerações, chegamos à conclusão de que a fraude contra credores exige o preenchimento de dois requisitos, um de natureza objetiva e outra de natureza subjetiva, a saber: a) *eventus damni* (prejuízo para o credor); b) *consilium fraudis* (ciência de que o ato de transferência está sendo realizado com o intuito de prejudicar o credor).

A natureza da fraude contra credores, segundo grande parte da doutrina, é um ato anulável, em que a ação Pauliana é instrumento para desconstituir o negócio. Sendo assim, segundo a melhor doutrina e a jurisprudência, a fraude contra credores seria um ato válido, porém inoponível ao credor.

Nas palavras de Leite (2009) significa dizer que “não produz efeitos relativamente a ele. [...] No popular, os bens só aproveitam o credor que ajuizou a ação Pauliana, e aqueles outros que já eram credores ao tempo do ato fraudulento”.

A fraude contra credores constitui defeito social do negócio jurídico, que, nas palavras de Gonçalves

(1997), “não conduzem a um descompasso entre o íntimo querer do agente e a sua declaração. A vontade manifestada corresponde exatamente ao seu desejo. Mas é exteriorizada com a intenção de prejudicar terceiros ou de fraudar a lei”. Para caracterizar a fraude contra credores, mister atentar para alguns requisitos, tais como: a) *eventus damni* e b) *consilium fraudis*. Para Wagner Júnior (2010):

[...] Além do requisito objetivo do *eventus damni*, que consiste no ato de deixar o devedor em condição de insolvência, o requisito subjetivo do *consilium fraudis*, ou seja, a vontade de fraudar. Tem entendido a jurisprudência que a intenção de fraudar é presumida nos negócios jurídicos gratuitos.

Eventus damni é o tornar-se insolvente em virtude da alienação do bem de sua propriedade para terceiro. O estado de insolvência não precisa ser de conhecimento do devedor, é objetivo, ou seja, existe ou não, independentemente do conhecimento do insolvente. *Consilium fraudis* significa conluio fraudulento, pois alienante (devedor) e adquirente (comprador) têm ciência do prejuízo que causarão ao credor em vista da alienação de bens que garantiriam o adimplemento da obrigação assumida, mas os alienam de má-fé visando frustrar o cumprimento (pagamento) do negócio, e por isso se faz necessária a intervenção judicial. Tais conceitos vêm ao encontro com a lição de Rodrigues (1999):

[...] O *eventus damni*, elemento objetivo que consiste no ato prejudicial ao credor, por tornar o devedor insolvente ou por ter agravado ainda mais este estado, e o *consilium fraudis*, ou seja, a má-fé, elemento subjetivo consubstanciado na intenção do devedor, ou deste aliando com terceiro, de prejudicar o credor, ilidindo os efeitos da cobrança.

Esses dois requisitos devem ser provados pelo credor para que seu pedido seja procedente, e assim ser declarada a ineficácia relativa do negócio jurídico fraudulento firmado entre as partes. Não apenas nas transmissões onerosas pode ocorrer a fraude contra credores. O Código Civil inclui também a transmissão gratuita de bens, a remissão de dívidas, o pagamento antecipado de dívidas vincendas e a constituição de garantias a algum credor quirografário.

A fraude à execução tem implícita em si a pretensão de frustrar o direito e expectativa de um credor. É um ato de insubordinação ao Estado, eis que este tem a autoridade para expropriar bens do devedor em benefício do credor, nos limites de seu direito, não necessitando os dois requisitos anteriormente mencionados, já que basta o *eventus damni*, ao que se presume o *consilium fraudis*, independente da boa ou má-fé de quem adquire o bem alienado. Para Wagner Júnior (2010):

Milita, em favor do credor e contra o alienante, a presunção *juris tantum* de que a demanda era capaz de reduzi-lo à insolvência. Não há como exigir do credor prova da insolvabilidade do devedor no momento da alienação, sendo que menor é a complexidade da prova da solvabilidade do vendedor.

A fraude à execução vem definida no artigo 593, do CPC, que dispõe:

Art. 593. Considera-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens:

- I – quando sobre eles pender ação fundada em direito real;
- II – quando, ao tempo da alienação ou oneração, corria contra o devedor demanda capaz de reduzi-lo à insolvência;
- III – nos demais casos expressos em lei.

Nas palavras de Dinamarco (2002):

A fraude de execução revela-se mediante dados puramente objetivos, caracterizados pela insolvência e pela pendência de um processo, não se cogitando do *consilium fraudis*. [...]

Além disso, caracteriza-se a fraude de execução como ato de rebeldia à autoridade estatal exercida pelo juiz no processo, porque alienar bens na pendência desde e reduzir-se à insolvência significaria tornar inútil o exercício da jurisdição e impossível a imposição do poder sobre o patrimônio do devedor.

Assim, vale mencionar Donizetti (2009), ao dizer que “o vencido deve ser executado de acordo com o que prevê o código. Não é lícito subtrair-lhe garantias. Tampouco é permitido ampliar regalias além do que concedeu o legislador”. Muitas vezes as tentativas de buscar o patrimônio do executado para o cumprimento da obrigação são frustradas, ou seja, onde buscar o seu equivalente monetário é alternativa do exequente. O crédito se traduz em um dever para o executado, uma responsabilidade para seu patrimônio na medida que em não sendo adimplida a obrigação através da execução, que expropria bens pertencentes ao devedor. Na visão de Bueno (2008):

Por força do “princípio da patrimonialidade”, é sobre o *patrimônio* do executado que são praticados os atos executivos. [...] Pode acontecer que aquelas determinações não sejam acatadas e, malogradas quaisquer tentativas, em busca da “tutela específica”, resta ao exequente contentar-se com a “tutela genérica”, o equivalente monetário da obrigação inadimplida.

Toda a vez que haja por parte do devedor ciência de que seu patrimônio responderá por um débito seu, e ocorra uma alienação com o fim de frustrar este pagamento, estar-se-á frente à fraude à execução. De acordo com Dinamarco (2002):

A fraude de execução revela-se mediante dados puramente objetivos, caracterizados pela insolvência e pela pendência de um processo, não se cogitando do *consilium fraudis*. Ela é também um ato de fraude a credores, na medida em que, reduzido o devedor à insolvência, a eficácia do ato fraudulento frustraria as legítimas expectativas destes e a nada reduzir-se-ia a garantia geral dos débitos, representada pelo patrimônio daquele.

A insolvência é elemento essencial da fraude, posto que impera na fraude de execução e na fraude a credores. Assim, ao deparar-se com insolvência, a lei busca modalidades de resguardo aos direitos dos credores, com o fito de inibir manobras contrárias à lei.

Diferenças entre os dois institutos

Os dois institutos tratam de previsões legais garantidoras do cumprimento de obrigações contraídas, e de modos eficazes de fazer cumprir referidas obrigações com efetividade. Nos ensinamentos de Câmara (2006):

Há como dito, três diferentes modalidades de alienação (ou oneração) fraudulenta de bens. A primeira delas é a fraude contra credores, também chamada fraude Pauliana. Em seguida, vêm a fraude de execução e a alienação de bem penhorado. Há, entre as três espécies, uma gradação, sendo a primeira a menos grave, e a última a mais grave das alienações fraudulentas. Consequência disto é o tratamento diferenciado, inclusive na determinação dos requisitos e das consequências de cada uma das modalidades.

Em que pese a maior incidência da fraude seja observada no processo de execução, ela se encontra presente também no processo de conhecimento e no processo cautelar. Para Montenegro Filho (2009):

[...] As espécies da *fraude à execução* e da *fraude contra credores* apresentam elementos em comum, distanciando-se no que se refere ao momento em que a transferência do patrimônio do devedor ao terceiro é consumada, à forma como a fraude é suscitada e à consequência do acolhimento da arguição originada do credor.

O referido autor menciona ainda que “Carnelutti já advertia que o bacilo da fraude se encontra, mais

ou menos, em todo o processo”. Implícita a todas está a responsabilidade patrimonial. Como referido pelo autor acima, a repressão mais severa, entre fraude contra credores e à execução, dada a gravidade, é atribuída à fraude de execução. Segundo Dinamarco (2002):

O pressuposto de *insolvência* do devedor, assim posto à base desse instituto, é comum à fraude de execução e à Pauliana. Em sua disciplina sistemática, a única diferença de monta reside no *ônus probandi* da insolvência: ele pertence ao credor na ação Pauliana, enquanto que a insolvência se presume em favor deste em caso de fraude de execução.

Na fraude à execução, não há necessidade de uma fraude bilateral. A insolvência é presumida. O direito do credor, na verdade, se mostra um real obstáculo para uma alienação fraudulenta, facultando expropriação direta do bem, que é a faculdade de uma penhora, mesmo antes de julgada a fraude. A fraude contra credores existe no plano material. Já a fraude à execução vem primeiramente no plano processual, cujos efeitos se operam no plano material. Essa distinção determina o regime jurídico de cada um dos fenômenos. De acordo com Bueno (2010):

A “fraude a credores” é regida pelos mencionados dispositivos do Código Civil; depende, para ser reconhecida como tal, de iniciativa do interessado (o credor prejudicado com a alienação fraudulenta) que a deve requerer ao Estado-juiz (art. 158, § 2º); fica sujeita ao prazo prescricional de quatro anos (art. 178, II). A esta iniciativa, a doutrina tradicional entende que corresponde uma “nova ação” e um “novo processo”, a chamada “ação Pauliana”, que não se confunde nem pode se confundir com a execução em curso. A “fraude à execução”, diferentemente, é instituto de direito processual civil, regida pelo art. 593, que pode ser declarada de ofício pelo magistrado (porque sua prática é considerada ato atentatório à dignidade da justiça pelo art. 600, I) e não está sujeita a qualquer prazo. Tampouco há necessidade, de acordo com a mesma doutrina noticiada no parágrafo anterior, mesmo quando requerida pelo interessado, de uma “nova ação” ou de um “novo processo”, sendo bastante o seu pedido ser formulado *incidentalmente*.

Certo é que a fraude contra credores visa à anulação de um ato jurídico. Já na fraude à execução não se anula nem se declara nulo o ato de alienação, ele é ineficaz, ou seja, tem-se que o bem alienado nunca deixou de ser patrimônio do executado. Segundo Donizetti (2009):

A fraude contra credores, que está regulamentada no Código Civil (art. 158 e seguintes), tem como requisito a diminuição do patrimônio do devedor que configure situação de insolvência (*eventus damni*) e a intenção de devedor e do adquirente do (s) bem (ns) de causar o dano por meio da fraude (*consilium fraudis*). [...] A fraude à execução acarreta prejuízo ao credor e ao Estado-juiz e tem por consequência não a invalidade da alienação, mas sim a ineficácia em relação ao processo executivo. [...] Por conseguinte, se um bem é alienado em fraude à execução, a lei considera validada venda, o adquirente vai se tornar proprietário, mas a execução poderá incidir sobre esse bem (ineficácia na alienação perante a execução).

Em ambos os institutos mister que a alienação opere redução de patrimônio do devedor, conduzindo-o inevitavelmente à insolvência, onde a pessoa que adquire o bem em fraude saiba que assim o está adquirindo. Quando refere que a fraude à execução atinge também o Estado-juiz, se tem que a assertiva vem consubstanciada na infringência ao princípio da lealdade processual. Neste sentido, Cintra, Grinover e Dinamarco (citado por WAGNER JÚNIOR, 2010), afirma que:

É dever das partes agir com lealdade processual. Na verdade, estamos diante de atitude que deve ser entendida como regra basilar de convivência e postura humanas. Sendo o processo, por sua índole, eminentemente dialético, é reprovável que as partes se sirvam dele faltando ao dever da verdade, agindo deslealmente e empregando artifícios fraudulentos. [...] O processo é um instrumento posto à disposição das partes não somente para eliminação de seus conflitos e para que possam obter respostas às suas pretensões,

mas também para a pacificação geral na sociedade e para atuação do direito. Diante dessas suas finalidades, que lhe outorgam uma profunda inserção sociopolítica, deve ele revestir-se de uma dignidade que corresponda a seus fins.

Das diferenças entre os institutos, consoantes o direito positivo, tem-se as consequências do reconhecimento do vício sobre o negócio jurídico. Enquanto que a fraude contra credores leva a desconstituição do negócio jurídico, a fraude à execução traz como consequência a ineficácia somente com relação à própria execução. Porém, nem mesmo esta distinção tem razão de ser, eis que “uma vez demonstrada a fraude contra o credor, a alienação não resta anulada, o que se terá na verdade é que o ato fraudatório em relação à execução será ineficaz” (DONIZETTI, 2009).

Das espécies de credores

Os credores são os sujeitos na relação de execução e de conhecimento, que sofrem lesões aos seus direitos quando da existência de fraudes. Dentre as espécies de credores, existem os credores com garantia real e os credores que não possuem tal garantia, ou seja, são os chamados credores quirografários. Os credores com garantia real dividem-se em: a) credor hipotecário: é aquele que tem na hipoteca sobre determinado bem a garantia real de seu direito; b) credor anticrético: é o credor que possui direito real de garantia exercitável sobre rendas; e c) credores pignoratícios: é aquele que possui um garante real sobre bens móveis. De acordo com Donizetti (2009):

Hipoteca é direito real de garantia que recai sobre direitos reais imobiliários, incluindo-se nestes as vias férreas, os navios e as aeronaves (Código Civil, art. 1.473). Pode ser convencional, legal ou judicial. Como garantia de obrigações contratuais, constitui-se por meio de cláusula acessória com a finalidade de garantir a obrigação pactuada. Uma vez constituída, sujeita o bem ao pagamento da dívida, acompanhando-o onde quer que se encontre (direito de sequência). Penhor, tal como a hipoteca, também é direito real de garantia, que se constitui por meio de cláusula acessória com a finalidade de garantir uma determinada dívida. Há, entretanto, algumas diferenças que distingue os dois institutos. O penhor recai sobre bem móvel, cuja posse é transferida ao credor. O penhor pode ser legal (Código Civil, art. 1.467) ou convencional [...]. Anticrese é o direito real de garantia, pelo qual o devedor ou outrem por ele, entrega bem imóvel ao credor, a fim de que este receba os frutos e rendimentos do bem anticrético para compensação da dívida (Código Civil, art. 1.506).

Já os credores quirografários são os que têm seu crédito advindo de uma obrigação e segue representado por título de crédito. A divisão e espécies de credores implicam, quando do processo de execução, em uma ordem para o exercício de seus direitos e cobrança de seus créditos. Assim, nos ensinamentos de Bueno, referindo Araken de Assis:

É correto o entendimento de Araken de Assis no que diz respeito ao estabelecimento da ordem geral de credores. De acordo com o ilustre jurista e magistrado gaúcho, a ordem dos credores no concurso de preferência é a seguinte: a) o titular de crédito trabalhista e do crédito proveniente de acidente de trabalho; [...] b) o titular de crédito real até o limite do valor do bem gravado; c) as pessoas de direito público titulares de crédito tributário; [...] d) o titular de créditos dotado de privilégio especial, por sua vez discriminados em três classes: os créditos previstos no art. 964 do CC – 02, os assim definidos em outras leis civis e comerciais e aqueles que a lei conferem direitos de retenção; [...] e) o titular de créditos dotados de privilégio geral, também subdivididos em três classes: os créditos mencionados no art. 965 do CC – 02, os previstos no parágrafo único do art. 67 da Lei 11.101/05 e os assim definidos em outras leis civis e comerciais, ressalvada disposição em contrário da lei falimentar; f) o credor quirografário [...].

Vale mencionar que a Lei nº 11.101/05, em seu artigo 83, VI, traz esclarecimentos sobre créditos quirografários:

Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:

[...]

VI – créditos quirografários, a saber:

- a) aqueles não previstos nos demais incisos deste artigo;
- b) os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento;
- c) os saldos dos créditos derivados da legislação do trabalho que excederem o limite estabelecido no inciso I do *caput* deste artigo.

Pelo exposto acima, pode-se dizer que credor quirografário é o credor que não possui direito real de garantia, seus créditos estão representados por títulos advindos das relações obrigacionais como cheques, as duplicatas, as promissórias. Credor hipotecário é o credor que possui direito real de garantia exercitável sobre bem imóvel ou bens móveis, que por exceção, estão sujeitos a hipoteca como navio e aeronave. Credor pignoratício é o credor que possui direito real de garantia exercitável sobre bem móvel. Já credor anticrético é o credor que possui direito real de garantia exercitável sobre rendas.

CONCLUSÕES

Os negócios jurídicos precisam de segurança. Os conflitos devem ser resolvidos pelo Estado, eis que este tem o poder e o dever de assegurar uma situação de igualdade para as partes que compõem a lide. Por certo que os conflitos implicam em mudanças sociais, ao que a execução, os processos de conhecimento, bem como os processos cautelares, precisam de medidas instrumentais consistentes em tornar mais difícil o surgimento das fraudes nestes processos.

O ideal de justiça muitas vezes deixa de ser atingido em razão da morosidade na solução das lides, bem como em razão da complexidade processual que atravança o deslinde das demandas sendo que, não raras vezes, se mostra ineficaz frente às manobras ardilosas empreendidas pelos devedores para tornarem-se insolventes e frustrar o direito dos Credores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília: DOU, 1973.

BRASIL. **Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005**. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Brasília: DOU, 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília: DOU, 2002.

BUENO, C. S.. **Curso sistematizado de direito processual civil: tutela jurisdicional executiva**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CÂMARA, A. F.. **Lições de direito processual civil**. 13 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

DINAMARCO, C. R.. **Execução civil**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

DONIZETTI, E.. **O Novo processo de execução**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009.

GONÇALVES, C. R.. **Direito civil: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 1997.

GRECO FILHO, V.. **Direito processual civil brasileiro**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LEITE, G. P. J.. A fraude contra os credores. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v.12, n.68, 2009.

LOPES, J. B.. **Defesa do executado por meio de ações autônomas**. São Paulo: Dialética, 2005.

MARINONI, L. G.; MITIDIERO, D.. **Código de processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MONTENEGRO FILHO, M.. **Curso de direito processual civil: Teoria geral dos recursos, recurso em espécies e processo de execução**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RODRIGUES, S.. **Código civil aplicado**. São Paulo: Saraiva,

1999. v. 8.

THEODORO JÚNIOR, H.. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. 50 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

WAGNER JÚNIOR, L. G. C.. **Curso completo de processo civil**. 4 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da **Sustenere Publishing**, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.